1 Trimestre 2025 – 14/05/2025.

Aos 14 dias do mês de maio de 2025, às 18:00 horas, reuniram-se na Sala de Reunião da Diretoria os membros do Conselho Fiscal para debaterem sobre Relatório Econômico-Financeiro, o livro Diário e Razão — Exercício Fiscal do Ano de 2025— 1° Trimestre: janeiro/fevereiro/março — Exercício Social de janeiro a dezembro/2025. Participaram os seguintes conselheiros: Antônio Luiz Canella, Anilton Aurino Lapa, Donato Moro, Edison Miguel de Souza, Jairo Tiscoski, Jorge Cechella, Manoel Vilsonei Menegali e Wagner Ronchi. Justificou ausência o seguinte conselheiro: Joelio Marcelino.
A reunião foi presidida Conselheiro Jorge Cechella e secretariada pelo Conselheiro Manoel Vilsonei Menegali. Em seguida o solicitou ao secretário Manoel Vilsonei Menegali a leitura da ata da reunião do dia 12/02/2025 que após lida foi aprovada pelos presentes.
O Presidente passou a palavra para os Conselheiros Antônio Luiz Canella e Anilton Aurino Lapa, que analisaram o primeiro trimestre de 2025. Na sequência, o Presidente cedeu a palavra aos Conselheiros **Antônio Luiz Canella e Anilton Aurino Lapa**, incumbidos da apresentação das análises detalhadas referentes ao **primeiro trimestre de 2025**. A discussão subsequente, que contou com a participação ativa dos conselheiros, revelou uma série de desafios e pontos críticos na execução orçamentária e na transparência dos dados financeiros do período de janeiro a março. **1. Os principais achados e as preocupações levantadas foram os seguintes**: a) **Envio e Comparação Orçamentária**: Foi constatado que o processo de envio do orçamento por e-mail, embora prático, necessita de uma padronização mais rigorosa para facilitar a comparação eficiente dos valores planejados versus os efetivamente realizados nos meses de janeiro, fevereiro e março. A falta de uniformidade no formato dificulta uma análise comparativa ágil e precisa. b) **Erros na Execução Orçamentária Anual:** Foram identificadas inconsistências e erros significativos na execução orçamentária anual, especialmente nos relatórios apresentados. A precisão dos relatórios é vital para a tomada de decisões. c) **Dificuldades de Visualização e Transparência:** Observou-se uma considerável dificuldade na visualização de dados financeiros completos e na obtenção de transparência plena nos relatórios. A fragmentação das informações e a ausência de uma visão holística comprometem a capacidade dos conselheiros e da diretoria de compreenderem integralmente a situação financeira do Clube, impactando diretamente a governança e o controle. d). **Inconsistências no Relatório Financeiro:** Em discussões específicas, incluindo conversas com o Conselheiro Donato, foram apontadas inconsistências substanciais no relatório financeiro, corroborando a necessidade de uma revisão profunda e um realinhamento dos dados para refletir com exatidão a realidade contábil. Observa-se o início do ano fiscal a contabilidade não consegue dar conta de todas as informações. e) **Atrasos na Aprovação do Orçamento**: A morosidade no processo de aprovação do orçamento foi um ponto de preocupação, uma vez que tais atrasos geram impactos negativos diretos nos investimentos futuros e na capacidade do Clube de gerir melhor a gestão financeira. f) **Questionamentos sobre Pagamentos e Contratos:** Surgiram questionamentos relevantes acerca dos pagamentos efetuados a prestadores de serviço e, mais especificamente, sobre a suficiência e a conformidade da documentação contratual que embasa essas transações. A integridade dos processos de contratação e pagamento é fundamental para a mitigação de riscos legais e financeiros. g) **Proposta de Auditorias Independentes**: Diante do cenário exposto, foi levantada e amplamente discutida a proposta de contratação de auditorias independentes. Esta medida se mostrou essencial para assegurar a conformidade contábil, a aderência às normas regulatórias e a validação externa da integridade dos processos financeiros do Clube. h) **Necessidade de Maior Envolvimento dos Conselheiros Deliberativos**: Foi enfaticamente ressaltada a importância do maior envolvimento dos conselheiros deliberativos nas decisões financeiras. A sua participação ativa é crucial para fortalecer a supervisão, promover a governança corporativa e garantir que as deliberações financeiras estejam alinhadas aos objetivos de longo prazo da instituição. **2. Recomendações do Conselho Fiscal**: Após extensos debates e considerando a urgência e a relevância dos pontos levantados, o Conselho Fiscal, em consenso, recomenda as seguintes ações, que visam corrigir as

falhas identificadas e fortalecer a estrutura de controle e transparência financeira do Clube: a) **Contratação de Auditoria Independente:** Para garantir a máxima integridade e conformidade dos processos contábeis. b. **Revisão e Formalização de Contratos com Prestadores de Serviço:** Solicitar ao Departamento Jurídico do Clube que realize uma revisão abrangente e sistemática de toda a documentação contratual relativa aos prestadores de serviço. A meta é assegurar a plena conformidade legal, a clareza das cláusulas e a devida formalização de todos os termos, mitigando riscos e garantindo a transparência nas relações comerciais. c. **Envolvimento Ativo do Conselho Deliberativo**: Motiva e destacar a importância da participação ativa do Conselho nas próximas análises orçamentárias para 2026. Esta discussão e aprovação orçamentária, promove uma governança mais robusta e compartilhada. Propor ao Clube a realização de Workshop sobre Transparência Financeira para Conselheiros. Após as análises e as **recomendações mencionadas**, o Conselho Fiscal entende que os relatórios supracitados correspondentes ao Exercício Fiscal do Ano de 2025, 1° Trimestre – (janeiro/fevereiro/março) e Exercício Social de janeiro/2025 a dezembro/20254 - podem ser **aprovados**.

Criciúma SC, 14 de maio de 2025.

Jorge Cechella - Presidente

Manoel Vilsonei Menegali – Secretário